

ATA Nº 05
REUNIÃO ORDINÁRIA – 19/10/2023

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, na sala de reuniões do CRAS Monte Alegre, aconteceu a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM). A reunião iniciou com a Presidente Bruna Luana Souza Javorski dando as boas-vindas às presentes e agradecendo a participação do Dr. Guilherme Eduardo Donde, Delegado da 18ª Subdivisão Policial. Na sequência, apresentou a pauta da reunião, sendo: Calendário de Lutas; Regimento Interno; Denúncia encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Participação na III Conferência Estadual das Mulheres Advogadas da OAB/PR; Deliberação nº 008-2023 - Fundo a Fundo. Para dar início à reunião, Bruna passou que a partir de agora em todas as reuniões haverá a leitura da ata anterior, a fim de lembrar os assuntos tratados, assim como, possíveis pendências. Assim, a secretária executiva fez a leitura do documento, foi aprovado por todas. Dando continuidade, passou a palavra para a conselheira Thais Cristina Almeida Siqueira para apresentação da versão final do regimento interno. Por conta de o documento ser extenso, acordou-se que as conselheiras farão a leitura e aprovação de maneira remota. Sobre o calendário de lutas, a Comissão Interna de Comunicação Social relatou que não teve tempo hábil para se reunir e elaborar, ficando esta atividade para ser apresentada na próxima reunião. Sobre a denúncia encaminhada pela SMS, as servidoras Marlise Marcondes Lopes (conselheira e Chefe de Divisão de Saúde Pública) e Isabel Alves Machado (Assistente Social) apresentaram que a partir da realização das rodas de conversa na campanha Agosto Lilás em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), tiveram conhecimento de que uma vítima de violência sexual não havia conseguido solicitar medida protetiva contra o agressor. De acordo com funcionário da Delegacia de Polícia, a medida não seria solicitada por conta de que o ato não havia sido consumado, diferentemente do que indica a Lei Maria da Penha. As servidoras trouxeram documentos sobre o caso, os quais foram apresentados ao Dr. Guilherme, o qual afirmou que de fato o procedimento havia sido realizado de maneira errônea, mas que o atendimento havia sido realizado no ano de 2022 e de lá para cá algumas medidas já foram tomadas. Especificamente sobre este caso, relatou que entrará em contato com a vítima para verificar se ainda há interesse na medida protetiva. Ainda, explicou sobre o

fluxo de atendimento nestes casos. Ele relatou que até o momento, já foram solicitadas 287 medidas protetivas de urgência. O delegado também mencionou que o Estado tem observado a necessidade de implantação da Delegacia Cidadã, qual contará com espaço apropriado com mais benefícios melhorando o atendimento à população. Dr. Guilherme se colocou à disposição do conselho, mostrando-se muito aberto a discutir possíveis problemáticas, bem como, pensar em ações conjuntas. Na sequência, as conselheiras Roberta de Paula Ferreira e Jacqueline Aparecida Lemes Prestes apresentaram sobre a participação na III Conferência Estadual das Mulheres Advogadas da OAB/PR, que aconteceu no dia 29/09/2023 em Curitiba. As conselheiras relataram que o evento abordou diversos assuntos, como violência, gênero, etarismo, diversidade, deficiência, entre outras temáticas, todas voltadas à questão da mulher. Pontuaram que as falas foram também no sentido de empoderar e reafirmar a importância da luta pelos direitos das mulheres. Como último assunto da pauta, Bruna apresentou a Deliberação nº 008-2023, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, expondo para adesão e recebimento do recurso, o CMDM deverá estar com CNPJ regularizado. Relatou que houveram entraves no protocolo dos documentos necessários, mas que está em articulação com a Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa para conseguir realizar a pré-adesão, mesmo com o cadastro em andamento. Como assuntos gerais, Bruna e Marlise comentaram sobre a construção conjunta entre 21ª Regional de Saúde e Secretarias de Saúde e Assistência Social do fluxo de atendimento nos casos de violência sexual. Relataram que o documento está sendo finalizado e na sequência será apresentado também ao conselho. Sobre esta questão, discutiu-se sobre a qualificação dos serviços, a capacitação dos servidores e a elaboração de pesquisas qualitativas. Por fim, Bruna apresentou que participará enquanto presidente do conselho de uma banca de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de uma acadêmica de Direito, sendo que o trabalho se propõe a realizar uma comparação entre políticas públicas para mulheres em âmbito nacional e municipal, sendo que sugeriu que na sequência a pesquisa seja disponibilizada ao CMDM. Divulgou ainda o evento Outubro Legal que será realizado pela OAB/PR, no dia 21/10/2023, às 15:30. Finalizando os assuntos definidos na programação e não tendo nada mais a tratar, eu Flávia Bueno da Luz lavrei a presente ata, que se aprovada, seguirá assinada por mim e pelos/as demais presentes.